

# FOLHA DE S.PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Nº N.º

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**Diretor de Redação:** Otávio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério Cézar de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macêdo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

## Os ausentes do Congresso

A divulgação dos números sobre a assiduidade dos parlamentares no Congresso constituinte representa, sem dúvida, um subsídio para o julgamento da população a respeito daqueles a quem elegeu. As lamentáveis estatísticas ostentadas por alguns parlamentares —os que contam em várias centenas o número das votações de que se ausentaram—, assim como a grande quantidade de sessões suspensas por falta de quórum, compõem um quadro evidentemente insatisfatório do desempenho de um Congresso constituinte que, passados 18 meses de deliberação, apronta-se para votar hoje o texto final da nova Carta —isto, naturalmente, se a maioria dos deputados e senadores comparecer ao plenário.

Nada mais natural, por certo, do que o desalento diante das incontáveis violências contra a opinião pública promovidas pelo Congresso constituinte —dos “trens da alegria” à aprovação dos cinco anos de mandato para Sarney. Um descrédito profundo se verifica, e é de responsabilidade exclusiva dos próprios membros da instituição.

Duas conclusões a este propósito devem, entretanto, ser afastadas. A primeira consiste em tomar as atitudes de alguns parlamentares isolados como representativas do comportamento do Congresso como um todo. Ao lado daqueles cujo desinteresse ou despreparo determinaram os tristes recordes de absenteísmo registrados na edição de ontem da **Folha**, há os que se destacaram pela assiduidade; ao lado dos que, religiosamente presentes em plenário, não se fizeram notar por suas contribuições ao texto, há os que,

mesmo sem um comparecimento tão intenso como seria de desejar, chegaram a impor sua marca nas deliberações constitucionais. Cabe, neste ponto, uma consideração de passagem. O papel crítico, o ímpeto de denúncia, mesmo o azedume que ressalta das páginas dos jornais correspondem, antes de tudo, ao exercício de um dever básico da imprensa: o de não se conformar. Tudo que acera as exigências de aperfeiçoamento e de crítica é matéria-prima da notícia; recebe um destaque que o simples cumprimento da rotina, por ser incapaz de suscitar reação, de colocar em pauta o imperativo da superação e da melhoria, não merece ter.

A segunda conclusão, que ganha uma parcela minoritária mas bastante considerável da opinião pública, é a de ver nas demonstrações de incompetência e nos absurdos do Legislativo um argumento em favor do autoritarismo. Há que distinguir entre o exercício, muitas vezes desalentador, do mandato popular e as características intrínsecas do sistema democrático. Ao pressupor-se uma maior transparência do poder, é natural que surjam com clareza os fatos lamentáveis, as decisões equivocadas, os escândalos que, num regime fechado, beneficiam-se do sigilo e da censura. Só a democracia permite que sejam denunciados e corrigidos; preservá-la, num ambiente em que o ceticismo e a amargura parecem ter —com razões mais fortes do que nunca— receptividade junto a setores da opinião pública, é a principal responsabilidade de um Congresso onde não faltaram, até aqui, atitudes capazes de conduzir a seu descrédito.